

Diário do Legislativo de 30/04/2008

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Roberto Carvalho - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Tiago Ulisses - PV

3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr. - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB--PTB--PHS-PMN-PR-PRTB)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB) e Deputada Ana Maria Resende (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PSB-PPS-PSC)

Líder: Agostinho Patrús Filho

Vice-Líderes: Deputados Rômulo Veneroso (PV) e Wander Borges (PSB)

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado Jayro Lessa

Vice-Líder: Deputada Maria Lúcia Mendonça

LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Deputado Gilberto Abramo

Vice-Líder: Deputado Adalclever Lopes

LIDERANÇA DO PT:

Líder: Deputada Elisa Costa

Vice-Líder: Deputado Almir Paraca

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Sebastião Helvécio

Vice-Líder: Deputado Carlos Pimenta

LIDERANÇA DO PP

Líder: Deputado Dimas Fabiano

Vice-Líder: Deputado Pinduca Ferreira

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres

Vice-Líderes: Deputado Gil Pereira (PP), Deputado Paulo Cesar (PDT) e Neider Moreira (PPS)

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Paulo Guedes

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elmiro DEM Presidente
Nascimento

Deputado Ademir BSD Vice-Presidente
Lucas

Deputado Domingos Sávio BSD

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Ivair PMDB
Nogueira

Deputado André PT
Quintão

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Dalmo Ribeiro BSD
Silva

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputada Elisa Costa PT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Weliton PT Presidente
Prado

Deputado Ronaldo BSD Vice-Presidente

Magalhães

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Padre PT
João

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Sebastião BSD
Costa

Deputado Durval PT
Ângelo

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo BSD Presidente
Ribeiro Silva

Deputado Gilberto PMDB Vice-Presidente
Abramo

Deputado BSD
Sebastião Costa

Deputado Delvito DEM
Alves

Deputado Neider PP
Moreira

Deputado Hely PV
Tarquínio

Deputado PDT
Sargento Rodrigues

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Gustavo Valadares DEM

Deputado Dimas Fabiano PP

Deputado Délio Malheiros PV

Deputado Sebastião Helvécio PDT

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Gláucia Brandão BSD Presidente

Deputado Dimas Fabiano PP Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro BSD

Deputada Maria Lúcia Mendonça DEM

Deputada Rosângela Reis PV

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva BSD

Deputado Vanderlei Jangrossi PP

Deputada Ana Maria Resende BSD

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Hely Tarquínio PV

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros PV Presidente

Deputado Carlos Pimenta PDT Vice-Presidente

Deputado Célio BSD

Moreira

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado Antônio PMDB
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Sávio Souza PMDB
Cruz

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval PT Presidente
Ângelo

Deputado Luiz PMDB Vice-Presidente
Tadeu Leite

Deputado João BSD
Leite

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Weliton Prado PT

Deputado Vanderlei PMDB
Miranda

Deputado Djalma Diniz BSD

Deputado Walter Tosta BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró BSD Presidente
Marra

Deputada Maria DEM Vice-Presidente
Lúcia Mendonça

Deputada Ana BSD
Maria Resende

Deputado Vanderley PP
Jangrossi

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Wander BSD
Borges

Deputado Ruy Muniz DEM

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Gil Pereira PP

Deputado Almir Paraca PT

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia BSD Presidente

Deputado Jayro DEM Vice-Presidente
Lessa

Deputado Lafayette BSD
de
Andrada

Deputado Antônio PMDB
Júlio

Deputada Elisa PT
Costa

Deputado Agostinho PV
Patrús
Filho

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputado Antônio Carlos BSD
Arantes

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado André Quintão PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Carlos Pimenta PDT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio PMDB Presidente
Souza Cruz

Deputado Fábio BSD Vice-Presidente
Avelar

Deputado Almir PT
Paraca

Deputado Inácio PV
Franco

Deputado Wander BSD
Borges

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Ronaldo BSD
Magalhães

Deputado Padre João PT

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PT Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Gustavo DEM
Valadares

Deputado Carlin PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PT

Deputado Fábio Avelar BSD

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB
Lopes

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Vanderlei PP Presidente
Jangrossi

Deputado Padre PT Vice-Presidente
João

Deputado Getúlio PMDB
Neiva

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

Deputado Chico BSD
Uejo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gil Pereira PP

Deputada Cecília PT
Ferramenta

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado Delvito Alves DEM

Deputado Deiró Marra BSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Lafayette de
Andrada

Deputado PV Vice-Presidente
Agostinho Patrús
Filho

Deputada Gláucia BSD
Brandão

Deputado Gilberto PMDB
Abramo

Deputado PP
Vanderlei
Jangrossi

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite BSD

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Dimas Fabiano PP

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Hely PV Vice-Presidente
Tarquínio

Deputado Ruy DEM
Muniz

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Doutor BSD
Rinaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago BSD

Deputada Rosângela PV
Reis

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Paulo Cesar PDT

Deputado Juninho Araújo BSD

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – segundas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT Presidente
Sargento Rodrigues

Deputado Paulo PDT Vice-Presidente
Cesar

Deputado Délio PV
Malheiros

Deputado PMDB
Adalclever Lopes

Deputado DEM
Leonardo Moreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta PDT

Deputado Sebastião PDT
Helvécio

Deputado Rômulo PV
Veneroso

Deputado

Deputado Jayro Lessa DEM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada PV Presidente
Rosângela Reis

Deputada Elisa PT Vice-Presidente
Costa

Deputado Walter BSD
Tosta

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado Antônio BSD
Carlos Arantes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Almir Paraca PT

Deputado Bráulio Braz BSD

Deputado Carlos Mosconi BSD

Deputada Maria Lúcia DEM
Mendonça

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo DEM Presidente
Valadares

Deputado Juninho BSD Vice-Presidente
Araújo

Deputado Paulo PT
Guedes

Deputado Djalma BSD
Diniz

Deputado Gil PP
Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Chico Uejo BSD

Deputado Inácio Franco PV

Deputado Zezé Perrella BSD

Deputado Vanderlei PP
Jangrossi

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB Presidente
Vanderlei Miranda

Deputado Bráulio BSD Vice-Presidente
Braz

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputado Zezé BSD
Perrella

Deputada Cecília PT
Ferramenta

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Getúlio Neiva PMDB

Deputado Célio Moreira BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Neider Moreira BSD

Deputado Almir Paraca PT

OUVIDORIA PARLAMENTAR

OUVIDOR-GERAL: Deputado Inácio Franco (PV)

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Mesa da Assembléia

3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 2ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, em 18/7/2007

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Luiz Tadeu Leite, Ruy Muniz, Weliton Prado e Carlos Mosconi (substituindo este ao Deputado João Leite, por indicação da Liderança do BSD), membros da Comissão de Direitos Humanos; as Deputadas Rosângela Reis e Elisa Costa e os Deputados Domingos Sávio e Carlos Mosconi, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre

a ameaça de corte de gratificação instituída em 1993 relativa à extensão de carga horária nos proventos de servidores aposentados da Fhemig. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Ivan José Trindade Ávila, Técnico da Diretoria Central de Carreiras e Remuneração da Seplog, representando a Sra. Renata Maria Paes de Vilhena, Secretária de Estado de Planejamento e Gestão; Fernando Eduardo Guimarães de Carvalho e Ricardo Luiz Barbosa Guimarães, respectivamente Chefe de Gabinete e Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças, representando o Sr. Luís Márcio Araujo Ramos, Presidente da Fhemig; e Carlos Augusto dos Passos Martins, Diretor Administrativo da Asthemg, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Rosângela Reis, Carlos Mosconi e Ruy Muniz (2) em que solicitam à Secretária de Estado de Planejamento e Gestão, pedido de providência para regularizar a situação dos servidores ativos e inativos do Estado, no tocante à gratificação instituída em 1993, relativa a extensão de carga horária; seja estudada a possibilidade de emenda ao Projeto de Lei Complementar nº 27/2007, em tramitação nesta Casa, de modo a corrigir essas irregularidades; e seja encaminhado pedido de providência ao Presidente da Fhemig, para que seja efetuada a suspensão dos processos administrativos instaurados por essa instituição contra servidores aposentados em decorrência do recebimento de gratificação relativa à extensão de carga horária nos seus proventos, por entender que a responsabilidade não é dos servidores. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros destas Comissões para a próxima reunião, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 15/4/2008

Às 9h45min, comparecem no auditório da Câmara Municipal de Ipatinga os Deputados Paulo Cesar e Délio Malheiros, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, a Deputada Rosângela Reis. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Paulo Cesar, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir questões relativas à segurança pública no Município de Ipatinga e no Vale do Aço. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir o Vereador Célio Aleixo, representando o Vereador Nardyello Rocha de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; o Sr. Genilson Ribeiro Zeferino, Subsecretário de Estado de Administração, representando o Sr. Maurício de Oliveira Campos Júnior, Secretário de Estado de Defesa Social; o Capitão BM Neri de Matos, Comandante da 2ª Companhia de Ipatinga, representando José Honorato Ameno, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; o Sr. Antônio Eugênio Fernandes, Vice-Prefeito, representando Francisco de Assis Simões Thomaz, Prefeito Municipal de Coronel Fabriciano; o Coronel Gilberto Cabral Costa, Comandante da 12ª RPM de Ipatinga; os Srs. Fábio Finotti, Promotor de Justiça da 1ª Vara Criminal da Infância e da Juventude de Ipatinga; Sebastião Rodrigues Costa, Delegado Regional de Polícia; o Tenente Adão dos Anjos, Diretor-Geral da Penitenciária Dênio Moreira de Carvalho de Ipaba; e a Sra. Marli Maria Braga, Juíza da Vara de Execuções Criminais de Ipatinga; que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra à Deputada Rosângela Reis, autora do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 28 de abril de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente - Délio Malheiros - Paulo Cesar.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/4/2008

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.214/2008, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de

R\$196.438.099,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.096/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID -, destinada ao financiamento do Programa de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações em Minas Gerais - Minas Comunica -, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 1.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 37/2007, do Governador do Estado, que extingue cargos de provimento em comissão do Quadro Específico de Pessoal da Advocacia-Geral do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 683/2007, do Deputado Weliton Prado, que especifica os logradouros de acesso coletivo para os fins da Lei nº 11.666, de 9/12/94, que estabelece normas para facilitar o acesso dos portadores de deficiência física aos edifícios de uso público. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.227/2007, do Deputado Tiago Ulisses, que dispõe sobre a obrigatoriedade de hotéis e similares afixarem placas de advertência sobre a exploração sexual de crianças e adolescentes no Estado. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.583/2007, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.940, de 29/12/2003, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental do Estado de Minas Gerais - TFAMG - e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.673/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Taiobeiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.674/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carangola o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.675/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.682/2007, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.806/2007, do Governador do Estado, que autoriza o DER - MG a doar ao Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/2007, do Deputado Alencar da Silveira Jr, que proíbe a venda e o consumo de bebida alcoólica nas dependências de estádios de futebol das administrações públicas direta e indireta do Estado nos dias de jogos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Segurança Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Segurança Pública.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 521/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que descreve ao Município de Passa- Tempo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 734/2007, do Deputado André Quintão, que institui o Certificado-Inclusão e o Selo-Inclusão no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.402/2007, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.566, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pavão o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.431/2007, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Diamantina o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.504/2007, do Deputado Leonardo Moreira, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Alpinópolis. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.686/2007, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Barra de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.978/2008, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a pagar compensação e pensão indenizatória por danos materiais e morais às famílias das vítimas que perderam a vida nos incêndios ocorridos nas cadeias públicas localizadas nos Municípios de Ponte Nova e de Rio Piracicaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9h15min DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: obter informações sobre as providências tomadas pela Fhemig em relação aos problemas no Hospital Júlia Kubitschek, apontados pela população do Barreiro, em audiência pública realizada nesse bairro no dia 4/12/2007, com convidados mencionados na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.980/2008, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.716/2007, da Deputada Gláucia Brandão, e 1.900/2007, do Deputado Walter Tosta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.909/2007, do Deputado Getúlio Neiva, 1.935/2007, do Deputado Ronaldo Magalhães, 2.104/2008, do Deputado Almir Paraca, 2.120/2008, do Deputado Roberto Carvalho, 2.124/2008, do Deputado Wander Borges, 2.126/2008, do Governador do Estado, 2.148/2008, do Deputado Jayro Lessa, 2.157/2008, da Deputada Elisa Costa, 2.191, 2.192, 2.194 e 2.197/2008, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 2.163/2008, do Deputado Carlin Moura, 2.168/2008, do Deputado Tiago Ulisses, 2.201/2008, do Deputado Carlin Moura, 2.221 e 2.222/2008, da Comissão de Participação Popular, 2.231/2008, do Deputado Doutor Viana, 2.235 e 2.236/2008, do Deputado Carlin Moura, 2.258/2008, do Deputado Dinis Pinheiro, 2.261/2008, do Deputado Doutor Viana, e 2.237/2008, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.329/2007, do Deputado Inácio Franco, e 2.096/2008, do Governador do Estado.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.022/2007, da Deputada Elisa Costa, 1.566/2007, do Deputado Lafayette de Andrada, 1.949/2007, da Deputada Ana Maria Resende, 1.959/2007, do Deputado Ivair Nogueira, 1.973/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 horas DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 11 horas DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.128/2008, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.060/2008, do Deputado Durval Ângelo, 2.144/2008, da Deputada Gláucia Brandão; 2.151/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.156/2008, do Deputado Bráulio Braz, 2.161/2008, do Deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos nºs 2.268 e 2.270/2008, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14h30min DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.636/2007, do Deputado Gilberto Abramo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.244/2008, do Deputado Eros Biondini; 2.265; e 2.266/2008, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 horas DO DIA 30/4/2008

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de convocação

Reunião Extraordinária da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, José Henrique, Roberto Carvalho, Dinis Pinheiro, Tiago Ulisses e Alencar da Silveira Jr., membros da Mesa da Assembléia, para a reunião a ser realizada em 30/4/2008, às 17 horas, no Salão Nobre.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 29 de abril de 2008.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Agostinho Patrús Filho, Antônio Júlio, Lafayette de Andrada e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2008, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre a aquisição, em dezembro de 2007, de sistema de identificação balística e comparação automática para o Instituto de Criminalística, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Zé Maia, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 44/2008

Nos termos regimentais, convoco os Deputados André Quintão, Chico Uejo, Gilberto Abramo e João Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 30/4/2008, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Ana Maria Resende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Cesar, Adalclever Lopes, Délio Malheiros e Leonardo Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 5/5/2008, às 9h30min, no auditório da Câmara Municipal de Pitangui, com a finalidade de discutir questões relativas à segurança pública no Município e região e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Sargento Rodrigues, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer SOBRE A mensagem Nº 149/2008

Comissão Especial

Relatório

O Governador do Estado encaminhou a esta Assembléia, por intermédio da Mensagem nº 149/2008 e em observância ao que determina o art. 62, XXIII, "b", da Constituição do Estado, com a redação dada pela Emenda à Constituição nº 26, de 9/7/97, bem como a legislação específica do Conselho de Defesa Social, a Indicação nº 18/2008, contendo o nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social como representante de central sindical.

Constituída a Comissão Especial, nos termos do art. 111, combinado com o art. 146 do Regimento Interno, procedeu-se à arguição pública do indicado, que respondeu satisfatoriamente às questões formuladas pelos Deputados.

O indicado demonstrou vasto conhecimento sobre temáticas pertinentes ao desempenho da função de Conselheiro, suprimindo ainda as demais exigências legais requeridas para a função.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do nome do Sr. Rogério Jorge de Aquino e Silva para compor o Conselho de Defesa Social.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Lafayette de Andrada, Presidente e relator - Sebastião Costa - Ronaldo Magalhães.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.191/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Acaiaca.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.191/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Professor Martins à escola estadual localizada na Rua Sebastião Patrício, nº 170, Centro, no Município de Acaiaca.

A proposta de dar o nome de Escola Estadual Professor Martins ao educandário do Município de Acaiaca resulta de pedido formulado por seu colegiado escolar, homologado por unanimidade dos votos de seus membros, em reunião realizada no dia 12/11/2007.

Antônio Gonçalves Martins foi o primeiro professor da comunidade e conquistou a admiração e o respeito dos acaiaquenses por ter dedicado sua existência a prestar-lhes serviços sociais, principalmente na área da educação.

Diante dessas considerações, julgamos meritória a homenagem de eternizar o seu nome com a denominação da escola estadual do Município de Acaiaca.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.191/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Maria Lúcia Mendonça, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.192/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Serrania.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.192/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Diretor Néelson Rodrigues à escola estadual localizada na Rua Coronel Antônio Faustino, nº 681, Centro, no Município de Serrania.

A proposição do Governador resulta de pedido formulado pelo colegiado escolar dessa unidade de ensino, que, em reunião realizada no dia 25/9/2007, homologou, por unanimidade dos votos de seus membros, a indicação do referido nome para denominar esse estabelecimento.

Néelson Rodrigues dedicou sua vida profissional ao comando da escola estadual de Serrania, da qual, com seriedade e competência, foi diretor durante 15 anos. Foi o responsável por sua consolidação e pela qualidade do ensino oferecido aos estudantes serranienses. Seu trabalho pautou-se pela união de todos na busca coletiva do bem comum, especialmente, pela qualidade e pelo crescimento do educandário, para que pudesse responder às demandas da juventude local.

Diante dessas considerações, entendemos ser meritória a homenagem que o projeto de lei em análise pretende eternizar ao denominar de Escola Estadual Diretor Néelson Rodrigues a escola estadual do Município de Serrania.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.192/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Ana Maria Resende, relatora.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.194/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Araguari.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.194/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Padre Eduardo Jordi à Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio – EJA, situada no Presídio Irmãos Naves, no Município de Araguari.

O Padre Eduardo Jordi nasceu na Holanda, onde foi ordenado sacerdote, mas passou parte de sua vida ministrando sua fé na comunidade de Araguari.

Tinha especial preocupação com aqueles que se tornavam dependentes de substâncias psicotrópicas e, em decorrência disso, fundou a "Fazendinha", local em que esses doentes se internavam para se recuperarem.

Sendo a maioria dos reeducandos da Unidade Prisional Irmãos Naves usuários de drogas e tendo-se destacado o homenageado pela determinação na luta em prol da recuperação dos dependentes dessas substâncias, consideramos meritória a homenagem que lhe pretende prestar o projeto de lei em análise, ao dar a essa unidade de ensino a denominação de Escola Estadual Padre Eduardo Jordi.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.194/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Deiró Marra, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 2.197/2008

Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática

Relatório

De autoria do Governador do Estado, o projeto de lei em tela tem por objetivo dar denominação a escola estadual localizada no Município de Divinópolis.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.197/2008 pretende dar a denominação de Escola Estadual Alberto Santos Dumont – EJA à escola estadual situada na Penitenciária de Floramar, no Município de Divinópolis.

O homenageado foi um engenheiro prático, e seu fascínio pelo sonho de dar asas ao homem levou-o a projetar, construir e testar seus próprios balões. Em 23/10/1906, no Campo de Bagatelle (França), transformou esse sonho em realidade com o 14-Bis, percorrendo cerca de 60m a uma altura de dois a três metros. Era o primeiro vôo homologado na história da aviação. Sua façanha foi decolar a bordo de um avião impulsionado por um motor aeronáutico e cumprir um circuito preestabelecido sob testemunho oficial de especialistas, de jornalistas e da população parisiense. Trata-se da primeira demonstração pública de um veículo levantando vôo por seus próprios meios, sem a necessidade de uma rampa para lançamento. Com essa decolagem autopropeleida, Santos Dumont tornou-se conhecido como o Pai da Aviação.

Nascido no então Distrito de Palmira, hoje Município de Santos Dumont, era herdeiro de uma família de cafeicultores descendente de imigrantes franceses e dedicou-se aos estudos da ciência e da mecânica, após ir para a França, em 1893, aos 22 anos. Ao contrário de outros aeronautas da época, deixava suas pesquisas no domínio público e sem o registro de patentes.

Diante da importância desse ilustre mineiro para toda a população brasileira, consideramos meritória a homenagem que lhe pretende prestar o projeto de lei em análise, ao dar à unidade de ensino localizada na Penitenciária de Floramar, em Divinópolis, a denominação de Escola Estadual Alberto Santos Dumont.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.197/2008 em turno único.

Sala das Comissões, 29 de abril de 2008.

Carlin Moura, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

31ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 23/4/2008

O Deputado Ruy Muniz* - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, para mim é uma alegria ocupar novamente esta tribuna e trazer boas notícias para o povo mineiro. Inicialmente, quero agradecer ao nosso Governador Aécio Neves por ter contemplado, além de nós, vários outros colegas com a Medalha da Inconfidência. É a maior honraria de Minas Gerais. Foi uma festa linda, e Minas Gerais mostrou para o Brasil como fazer política. Faz uma política de união, uma política de resultados, sem se importar com a cor partidária, mas com os propósitos e com o ideal. Foi uma festa que marcou época, uma das melhores solenidades de 21 de abril. Está de parabéns toda a equipe do governo, todos os colegas que receberam, todos os homenageados com essa honraria do governo de Minas.

Quero, também, Sr. Presidente, falar um pouco do encontro realizado em Montes Claros na última quinta-feira, o grande encontro do PSDB com os partidos DEM, PR, PSDC, e outros, formando a grande frente que participará neste ano das eleições municipais. No encontro tivemos a presença de mais de 200 lideranças, candidatos a Vereadores, membros de diretórios. Naquela oportunidade, o PSDB hipotecou total apoio à futura candidatura do Democratas em Montes Claros. Qualquer que seja o nome escolhido, do Deputado Jairo Ataíde, deste Deputado, vamos estar unidos para fazer com que Montes Claros volte ao progresso, volte a ter seu desenvolvimento econômico. Temos de acabar com esse tempo de imobilismo, com esse tempo de incompetência e de pouco resultado para o nosso povo.

Sr. Presidente, o objeto mais importante da nossa fala aqui, hoje, é exatamente o pacto federativo que está sendo discutido com a reforma tributária encaminhada ao Congresso Nacional. É importante todos compreendermos como se dá a distribuição dos tributos no nosso país. Há uma grande centralização dos tributos. Cerca de 70% de todos os impostos ficam com a União, e 17% são distribuídos para todos os Estados e para o Distrito Federal, ficando apenas 13% nos Municípios, onde os cidadãos moram. Tem de haver uma inversão; tem de haver uma distribuição maior de recursos da carga tributária do Brasil para todos os entes federativos, principalmente para os Municípios. Todos sabem que a carga tributária no Brasil chega a 38%, 39%, 40%. Isso quer dizer, amigos que estão nos acompanhando pela TV Assembléia, que, a cada R\$100,00 que circulam neste país, R\$40,00 ficam com o sócio majoritário, que é o governo. Desses R\$40,00, cerca de R\$28,00 ficam no governo federal, e 17% vão para os governos estaduais.

É preciso realmente mudar isso, desonerar a carga tributária no Brasil, reduzi-la. O DEM, por exemplo, uniu-se a outros partidos no Senado e derrotou a CPMF. Esse é um bom exemplo. Temos de reduzir outros tributos que oneram a produção no Brasil. Reduzindo a carga tributária, fazendo uma distribuição adequada dos impostos, combatendo a corrupção, realmente o nosso país poderá desenvolver-se muito mais.

Temos um projeto importante do nosso colega Deputado Dinis Pinheiro, que trata do ICMS Solidário. Solicitamos, aliás, à Presidência e à Mesa agilidade na tramitação desse projeto, pois realmente trará mais verbas e recursos para os Municípios, a fim de investirmos mais em educação e em saúde.

Com a necessária repactuação da reforma tributária, precisamos de fato implantar programas que dêem resultados.

Trago a V. Exas. o exemplo de um grande programa que está sendo desenvolvido pelo governo do DEM no Distrito Federal, em Brasília. O nosso Governador Arruda, juntamente com o nosso Vice-Governador Paulo Otávio, por intermédio do grande brasileiro Alcení Guerra, conseguiram implementar em Brasília, em tempo recorde, a educação integral, que está funcionando maravilhosamente bem. Trata-se de um projeto que possibilita a educação a todas as crianças do Distrito Federal durante a manhã e a tarde. Isso, meus amigos, foi feito sem a construção de nenhuma nova sala de aula, usando-se a inteligência, a inclusão de voluntários e de universitários. Esse foi o cerne da implantação do referido projeto lá.

Um aspecto importante nesse projeto diz respeito à valorização do professor, que hoje ganha em torno de R\$3.000,00 por jornada de 40 horas. É o maior salário de professor da educação básica no País. Os mesmos impostos que existem no Distrito Federal existem aqui em Minas Gerais, em Montes Claros, em Sete Lagoas e em outros Municípios. Portanto, é possível valorizar os professores. Isso prova que, com os recursos que temos, é possível fazer bem feito. Se pudermos reformar, fazer uma partilha nova do bolo tributário, beneficiando ainda mais os Municípios, teremos um Brasil que avançará mais por meio do investimento na educação e na saúde.

Quero informar-lhes que, nos últimos cinco anos, apesar de todas as dificuldades, houve um acréscimo na receita dos Municípios em torno de 26%, no que diz respeito aos repasses, o que equivale a mais ou menos R\$40.000.000.000,00. No entanto, não houve contrapartida correspondente em investimentos em educação, saúde, segurança e esporte por parte dos Municípios. Vemos, então, que a arrecadação está aumentando, mas os Prefeitos não estão gastando bem, não estão destinando esses recursos de forma adequada. Assim, é importante aumentar os repasses de recursos para os Municípios, mas eles devem refletir em aumento de investimento, principalmente na educação e na saúde. Não adianta repassar mais recursos e eles aumentarem a sua folha de pagamento, contratarem mais e mais pessoas, principalmente em época de eleições como agora. Muitos Prefeitos estão-se candidatando à reeleição e enchendo as Prefeituras de pessoas, o que onera cada vez mais o contribuinte e presta menor serviço ao povo das cidades. Assim, é importante aumentar as verbas para os Municípios, mas é necessário aumentar a eficiência da gestão. Cito muito o exemplo da saúde. Não adianta regulamentarmos a Emenda nº 29, disponibilizar mais R\$10.000.000.000,00 para a saúde se esses recursos não forem aplicados na implantação de 100% do Programa Saúde da Família - PSF - no Brasil. Se quisermos fazer uma saúde de qualidade, temos de investir em programa preventivo.

Programa comprovadamente eficiente e que dá resultados é o PSF, em que o médico cuida de 3 mil, 4 mil pessoas de determinado território, juntamente com enfermeiros, com técnicos de enfermagem, com agentes comunitários, que cuidam das pessoas, evitam epidemias de dengue e que pessoas que sofram, por exemplo, de hipertensão tenham sua doença agravada, de modo a não serem vítimas de derrames, de AVCs ou de insuficiência renal. É preciso cuidar das pessoas, como dos diabéticos, antes de aparecerem as complicações, por meio da implantação de 100% do PSF.

Em minha cidade, Montes Claros, há 350 mil habitantes. Caberiam lá, tranquilamente, 100 equipes do PSF. No entanto, ficam patinando por aquele Município cerca de 45 equipes. Pagam ao médico o pequeno salário de R\$4.000,00. Não é possível encontrar médico que aceite trabalhar por esse valor. São necessários investimentos, é preciso pagar bem a esse profissional, assim como aos enfermeiros, para que todas as equipes fiquem bem estruturadas. Se isso for feito, teremos uma saúde muito melhor, e o investimento será adequado.

É preciso maior repasse de recursos para os Municípios, e, por intermédio do ICMS Solidário, isso será possível. Por meio da reforma tributária e desse novo pacto federativo, poderemos ter, por exemplo, 40% dos recursos para a União, 30% para os Estados, 30% para os Municípios.

Com uma divisão desse tipo, os Municípios avançarão e poderão fazer muito mais por seus cidadãos. Como já disse, o maior investimento dos recursos do Município precisa ser em saúde, em educação, em segurança e em geração de trabalho e renda. No início de maio desenvolveremos um grande programa de capacitação profissional, juntamente com o governo de Minas e com a Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas. Levaremos qualificação profissional para muitas cidades do Norte de Minas, e será uma qualificação diferenciada, porque esta, ao mesmo tempo em que formar, em que capacitar a pessoa, deixará produtos para a comunidade, como a melhoria habitacional e dos equipamentos urbanos. O governo Aécio Neves estará investindo mais ainda no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Para isso, precisa-se de recursos. Tal como fez o Governador Aécio Neves no Estado de Minas, os Prefeitos precisam agir, ou seja, devem enxugar a máquina e atrair investimentos produtivos para que haja desenvolvimento econômico, que implica geração de mais empregos e arrecadação de mais impostos. Dessa maneira, o Estado e o País crescerão muito mais. Concedo aparte ao colega Deputado Paulo Guedes, companheiro da bancada do Norte.

O Deputado Paulo Guedes (em aparte) - Parabenizo-o, Deputado Ruy Muniz, pela forma como tem defendido nossa região nesta Casa. V. Exa. é um Deputado jovem e aguerrido, que tem contribuído muito para o desenvolvimento do Norte de Minas.

Aproveito um pouco seu espaço para tratar de um assunto importante, no qual V. Exa. tocou: o ICMS Solidário. Ontem falei sobre esse tema e voltarei a falar sobre ele ainda hoje, em razão de sua importância. Esperamos que a Mesa desta Casa tome uma atitude para que esse projeto seja colocado em votação. Ele já foi aprovado em 1º turno e retirado de pauta no final do ano passado, com a promessa e a garantia de que, no início deste ano, seria colocado novamente em pauta. Já estamos no final de abril e, até agora, não se tocou no assunto. Pior, a comissão criada para fazer os ajustes necessários é muito desproporcional. Setenta e dois Deputados subscreveram apoio a esse projeto, e, dos 11 Deputados da comissão, se não me engano, 8 são de Municípios grandes, que arrecadam muito. Assim, não há interesse em que esse projeto avance nesta Casa.

Deputado Ruy Muniz, agradeço-lhe tratar desse assunto, bem como somar forças junto à bancada do Norte e aos demais Deputados que defendem os Municípios mais pobres de Minas Gerais, a fim de que a distribuição do ICMS neste Estado seja feita de forma correta, justa, igualitária, e não da maneira como está sendo feita, beneficiando poucos em detrimento da maioria do povo mineiro. Obrigado.

O Deputado Ruy Muniz* - Obrigado, Deputado Paulo Guedes. Para finalizar, relembro que a nova distribuição do ICMS é importante, mas pedimos ao Governador, ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, Dr. Márcio, ao Idene, ao Indi, enfim, a todos os órgãos que apoiam o desenvolvimento que levem empreendimentos para Montes Claros, para o Norte de Minas e para o Vale do Jequitinhonha. Em breve, anunciaremos que o Norte de Minas receberá essa grande indústria eletroeletrônica, que gerará muitos empregos para o nosso povo e ICMS para o nosso Estado. Ademais, receberá várias indústrias farmacêuticas e, talvez, uma grande indústria de celulose. Portanto, estamos no início de um novo tempo. O crescimento de Minas está acima da média nacional; queremos que o Norte de Minas acompanhe esse desenvolvimento. Agradeço a todos a atenção. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Lúcia Mendonça* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembléia, funcionários, pessoal da área de comunicação e dos gabinetes, é um prazer estar aqui novamente para fazer, antecipadamente, uma homenagem especial, já que amanhã, dia 24 de abril, é o Dia Internacional do Trabalhador Jovem. Não me poderia silenciar diante de uma data tão expressiva, uma vez que os jovens de hoje serão os homens e as mulheres de amanhã.

Como já salientei, amanhã, dia 24 de abril, comemoraremos o Dia Internacional do Trabalhador Jovem. E é com imenso prazer que ocupo esta tribuna para parabenizar todos os jovens que trabalham neste país. Gostaria de falar a cada jovem individualmente como se fala a um amigo, olhos nos olhos, cara a cara, coração a coração. Falo, especialmente, aos nossos queridos trabalhadores mirins da Associação Profissionalizante do Menor - Assprom -, que atuam brilhantemente aqui na Assembléia Legislativa.

Queridos amigos funcionários da Assprom que estão agora nos corredores, elevadores, gabinetes, vocês que estão nos ouvindo recebam minha homenagem e minha gratidão, em nome de todos os Deputados e funcionários desta Casa.

No dia dedicado ao trabalhador jovem é necessário que se faça uma reflexão sobre a atual situação do jovem e que se façam alguns questionamentos. O que é ser jovem? Viver a juventude, Deputado Gustavo Valadares e demais amigos, é viver uma fase da vida mais ou menos indefinida, na qual o ser humano se encontra em processo de formação e construção de perspectivas de estabilidade para a sua vida.

Trata-se, portanto, meus amigos, de um momento de grande expectativa e de grande apreensão em relação ao futuro, normalmente uma fase caracterizada por uma postura de inquietação e irreverência. Muitas vezes, não entendemos a atitude do jovem, apesar de ser correta, condizente com a fase de vida que ele leva.

É nessa fase da vida que se manifestam, com maior intensidade, os problemas existenciais do ser humano, pois é nesse período de juventude que as pessoas realizam as grandes escolhas de suas vidas e, entre elas, a profissão. E por que não dizer, é nessa fase da juventude que os jovens descobrem a sua aptidão sexual. E quantas famílias não entendem e levam o jovem a um desespero total, tanto o jovem homem quanto a jovem mulher.

Eles têm de enfrentar, por isso, muitos desafios. Encontrar o primeiro emprego é um deles, isso não é uma tarefa das mais fáceis. Dados do último censo comprovam que temos 11 milhões de brasileiros que procuram um lugar no mercado de trabalho. Imaginem, para os jovens, encontrar uma vaga no meio de um ambiente tão complicado.

A falta de experiência é outra grande barreira para o jovem conseguir o trabalho. Se para quem tem experiência o emprego está difícil, imagine só para quem está começando. Só muita persistência, preparo e conhecimento de algumas regras poderão ajudar a dar o empurrão inicial nesses jovens.

As empresas, na hora da contratação, aumentaram as exigências. Conclusão: quem nunca trabalhou vai ter que dar um duro danado para conseguir a primeira chance.

Outra dificuldade da juventude é a exigência da escolaridade. Temos escolas públicas para todo lado. Temos escolas particulares, também. E, ao lado das particulares, escolas públicas de qualidade. É, de fato, essa exigência da escolaridade que deve ser uma preocupação fundamental do jovem na preparação do seu futuro, para que ele tenha uma formação sólida capaz de dominar o conhecimento básico e ainda saiba discernir os conhecimentos científicos dos conhecimentos populares.

Conhecer programas de computador, ter um português correto, dominar talvez uma segunda língua e muita disposição para o trabalho são princípios básicos exigidos para o mercado de trabalho. Muitas vezes os próprios pais, a própria família e os adultos não dão o exemplo necessário que a juventude precisa para consolidar a sua posição de cidadão no mundo de hoje. Hoje, os jovens não só enfrentam maiores

dificuldades para encontrar um emprego de qualquer tipo, mas também para ocupar empregos decentes e produtivos. Eles tendem a trabalhar mais horas e com menores salários, e têm pouca segurança no trabalho. Quando em uma empresa vão demitir, os primeiros a serem demitidos são os jovens. Não se leva em consideração que, às vezes, esse jovem é arrimo de família.

É urgente, meus amigos Deputados e Deputadas e pessoal que me escuta pela TV Assembléia, que se criem políticas públicas voltadas para a inserção do jovem no mercado do trabalho. É necessário, extremamente necessário que haja uma parceria público-privada para a efetivação dessas políticas públicas. Não só o governo é obrigado a preparar os jovens, é preciso também que os empresários entendam que o governo sozinho não soluciona problema de desemprego.

Vamos trabalhar em conjunto para proporcionar à nossa juventude o trabalho decente que ela merece, para que tenha uma grande participação em nossa sociedade. Como Prefeita de minha cidade, estabeleci uma parceria fantástica com o Senai e com os empresários locais. Fizemos o Adolescente Cidadão, acabamos com o guarda-mirim e demos aos jovens uma carteira assinada, determinando o primeiro emprego. Eles eram obrigados a fazer cursos no Senai para tornarem-se profissionais. Para possibilitar um futuro brilhante aos Estados, às cidades, ao País e ao mundo, não posso pensar outra forma senão garantir que a juventude tenha trabalho decente e produtivo.

Aqui em Minas podemos citar dois grandes programas que têm ajudado muito a juventude a se preparar para o mercado de trabalho. O primeiro é o Programa de Educação Profissionalizante - PEP -, em que os alunos de ensino médio que já concluíram o 2º ano irão profissionalizar-se num curso paralelo, terminando o 3º ano e fazendo os cursos autorizados pelo governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, condizentes com a realidade do lugar onde moram. O segundo programa é o Valores de Minas - não sei se os Deputados e as Deputadas já tiveram oportunidade de conhecê-lo -, em que se buscam talentos da juventude por meio da arte e se encontram muitos jovens que ingressaram na dança, no teatro, no folclore e estão comprometidos, fora do horário escolar, com esse trabalho que lhes dará um futuro.

Portanto, o nosso compromisso com essa juventude de amanhã é muito grande. Aqui nesta Casa, meus queridos amigos e companheiros, os jovens que trabalham na Assprom - sem eles, teríamos muita dificuldade em nosso gabinete - precisam ser tratados com muito respeito e dignidade. São cidadãos que verão em nós, parlamentares, exemplos para que, quem sabe no futuro, por conhecerem a Casa, possam ser os futuros parlamentares. Há muita reclamação por parte deles porque determinadas pessoas não os tratam com o respeito que merecem. Mais uma vez, parabenizamos esses jovens, que desde cedo estão aprendendo o valor do trabalho, são criativos, têm muita vontade de aprender, não têm medo de ir à luta e estão matando um leão por dia para conquistar um lugar ao sol.

Parabéns, jovens de nossa Casa, parabéns jovens de toda Minas Gerais, parabéns jovens que estão nos ouvindo agora. Queremos deixar para vocês um mundo muito melhor do que deixaram para nós. Tenham certeza de que lutaremos por isso e que esta Casa haverá de ter, assim como São Paulo, Maranhão e outros Estados do Brasil, legislações para embasar a vida dos jovens e lhes dar sustentação para o preparo no futuro. É com muito orgulho que digo, mais uma vez, que comemorar o dia da juventude trabalhadora é comemorar o futuro e o dia de amanhã. Um abraço para todos. Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, caro amigo Deputado Doutor Viana; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; Deputada Rosângela Reis, a quem também parabenizo pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe muito sucesso e felicidade na vida política; demais presentes e todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembléia.

Estamos novamente ocupando esta tribuna, visto que já fizemos isso ontem e vamos continuar fazendo no decorrer da semana e, se for preciso, no decorrer do mês, para chamar a atenção e cobrar da Mesa desta Casa que tome uma atitude e que nos atenda no pleito que não é só deste Deputado, mas um pleito que tem o apoio de 62 Deputados desta Casa, ou seja, a grande maioria. O pedido que fazemos é que esta Mesa coloque novamente na pauta de votação, para que seja votado em 2º turno, o Projeto de Lei nº 637, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a redistribuição do ICMS em Minas Gerais, o conhecido e batizado ICMS Solidário. Isso se faz necessário, Sr. Presidente, porque é inadmissível e inaceitável a forma como vêm sendo distribuídos hoje os recursos, fruto do trabalho de todos os mineiros, dos quatro cantos do Estado, os quais o Estado arrecada do ICMS. Isso porque não existe tratamento diferenciado na hora de pagar os impostos. Os mesmos impostos pagos pelo pessoal de Manga, Januária, Bonito de Minas, São Francisco, dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, e também do Noroeste, são os mesmos impostos que paga a população da Região Metropolitana. No entanto, na hora de distribuir esses recursos, aí sim, o povo daqui, das cidades mais ricas, é que leva grande parte do bolo. Por isso não podemos continuar admitindo que apenas uma cidade ou poucas cidades do nosso Estado fiquem com mais de 90% de tudo o que este Estado arrecada, deixando as regiões mais pobres de Minas, como o Noroeste, o Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas, de pires na mão. Portanto, fica aqui esse chamado, esse apelo à Mesa e a todos os integrantes desta Casa, para que esse projeto seja novamente apreciado pela Casa em 2º turno. O importante disso tudo é que vamos mexer em apenas 5% do ICMS, até porque o restante não mais pode ser mexido. Portanto, as cidades de Betim, Contagem, Uberlândia e outras cidades ricas do nosso Estado não precisam ter medo de perder, porque elas não vão perder nada. Os dados estão provando que eles não perderão nada, até porque, com a recuperação econômica que o País vive, com o crescimento do PIB, das exportações e da produção - e esses Municípios são os maiores produtores, portanto os que mais ganham com a elevação do PIB -, eles não perderão nada. Vão apenas deixar de ganhar alguma coisa, mas, quanto a perder, jamais.

No entanto, isso é fundamental para os Municípios da região mais pobre do Estado, esta Casa deve manifestar-se, e não podemos aceitar que a vontade de 62 Deputados que subscreveram esse projeto fique em segundo plano, e que o interesse de apenas meia dúzia de Deputados deixe esse projeto paralisado e engavetado desde o ano passado. Havia um acordo do Plenário e da Mesa de que, ao retirar o projeto de pauta no final do ano passado, ele seria colocado em votação no início deste ano. Já estamos no final do mês de abril, e ninguém tocou no assunto. Portanto estamos fazendo esse apelo para que possamos devolver pelo menos um pouco para essas regiões. Redistribuir esses 5% ainda é muito pouco, porque o Norte de Minas merece mais, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri merecem mais, o Noroeste e outras cidades, como Ribeirão das Neves, merecem mais. Todos são prejudicados pela forma como o ICMS vem sendo distribuído neste Estado. É um escândalo que não podemos continuar aceitando. Minas Gerais é de todos os mineiros.

Nesta semana em que comemoramos a Independência no Brasil e a Inconfidência Mineira, lembrando Tiradentes, está na hora de esta Casa ser republicana, ser uma Casa que pensa em Minas, mas que olha para os quatro cantos do Estado. Minas Gerais não é só a Região Metropolitana, nem só o Triângulo Mineiro. Minas Gerais também é o Norte de Minas, o Noroeste, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, e essas regiões precisam ser tratadas com respeito. Ou tratam nossas regiões com respeito ou esta Casa deveria fazer um grande favor ao nosso povo, propondo ao Congresso Nacional a divisão de Minas. Vamos criar o Estado de Minas do Norte, porque não dá para conviver com esse tratamento desigual, onde as riquezas de Minas ficam apenas nas mãos de uma pequena minoria, de poucas cidades. O Norte de Minas, os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri têm de reagir. Nossa região não aguenta mais ficar apenas na situação de exportadora de mão-de-obra barata, de gente para cortar cana e colher café no Sul de Minas e no Triângulo Mineiro. O nosso povo também merece dignidade. Esta Casa pode dar essa dignidade, começando a fazer uma distribuição justa dos recursos de Minas. Esses 5%, que para muita gente não são nada, para o Norte de Minas e para o Vale do Jequitinhonha são muita coisa. Ou seja, R\$20.000,00, R\$30.000,00, R\$50.000,00, R\$100.000,00 por mês não fazem falta nenhuma para Betim, Contagem, Uberlândia ou Ipatinga, mas fazem muita falta para Januária e São Francisco, fazem muita falta para cidades pobres como Varzelândia, Ibiracatu, Mirabela, Montalvânia, Juvenília, Bonito de Minas, Salinas e cidades do Vale do Jequitinhonha. Tantas cidades que estão vivendo apenas do repasse do FPM. Mesmo assim, com todas essas dificuldades, esses Municípios ainda têm de sustentar e assumir a responsabilidade que é do Estado em várias tarefas. O transporte escolar não funcionaria nessas regiões se não fossem os recursos minguados dessas Prefeituras. A viatura da Polícia Militar não funciona em Manga nem em nenhuma cidade do Norte de Minas, se a Prefeitura não der a gasolina. A delegacia não abre, se a Prefeitura não ceder os funcionários para a delegacia e para o fórum. A

Emater não funciona, se a Prefeitura não assinar o convênio para fazer o repasse. Portanto, o mínimo que esta Casa deveria fazer seria votar o projeto de redistribuição do ICMS. Ainda seria pouco, mas seria ao menos, Deputado Doutor Viana, um sinal de que nós, esta Casa, esta legislatura, estamos preocupados com os ideais de Minas Gerais, que são os ideais da Inconfidência, a distribuição justa. Muitas vezes vi o Deputado Getúlio Neiva fazer essa defesa e aproveitou para dizer ao Deputado que temos de fazer uma corrente, unir os Deputados do Mucuri, do Norte de Minas e do Jequitinhonha e os outros - somando 62 - que assinaram e subscreveram apoio a esse projeto. É inadmissível que a maioria se cale diante de uma pequena minoria que defende os Municípios ricos e poderosos, que ficam com quase 90% de tudo o que este Estado produz.

O Deputado Getúlio Neiva (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, V. Exa. faz neste momento um pronunciamento muito importante para todo o Estado de Minas Gerais, importante não apenas para as cidades e regiões mais pobres, mas também para as demais cidades, as chamadas cidades ricas, porque, na verdade, enquanto formos muito pobres, seremos um peso nas costas dos cidadãos que moram nessas cidades. Até pelo critério da justiça distributiva, é necessário fazer essa redistribuição. Fui indicado coordenador do grupo de trabalho do ICMS Solidário e confesso a V. Exa. que tenho encontrado dificuldade em fazer esse projeto andar nas comissões. Mas, naturalmente, após o pronunciamento de V. Exa. e de sua decisão de ajudar a todos nós, do Norte, do Nordeste e do Noroeste de Minas, vamos ter de conversar com os Presidentes das comissões para acelerar o andamento do projeto. Tenho absoluta convicção de que o Governador Aécio Neves, com quem estive conversando a respeito do assunto, não é contra o projeto; apenas acha que deveríamos melhorá-lo um pouco. No entanto, acho que não podemos abrir mão de muito mais, e é preciso que estabeleçamos o comportamento desta Casa de colocar em votação esse projeto. V. Exa. está com toda razão. Tem o meu apoio e suporte, e, provocados por V. Exa., vamos tentar acelerar o projeto. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Getúlio Neiva.

O Deputado Eros Biondini (em aparte) - Deputado Paulo Guedes, também gostaria de parabenizar V. Exa. por abordar assunto tão importante. Também nós, do PHS, temos como prioridade a realidade da desigualdade regional, que não é simplesmente uma desigualdade entre as cidades, mas entre sua população, porque toda essa dificuldade, toda essa problemática acaba refletindo nos cidadãos, nos habitantes dos Municípios.

Estamos juntos em alguns Municípios e, como V. Exa. tem acompanhado, nós, do PHS, temos sempre abordado esse assunto da distribuição mais justa. Assim, aproveito o aparte que V. Exa. me concede para dizer que esse tema também será abordado na convenção nacional do PHS, no próximo domingo, que será realizada em Belo Horizonte, cidade escolhida justamente pela importância no cenário nacional da política de Minas Gerais. Aproveito ainda para convidar o Deputado, que tem sido um defensor desse projeto, a estar conosco neste domingo, na convenção nacional do PHS, quando toda a diretoria do Partido estará na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, das 9 às 13 horas. Mais uma vez, parabeno V. Exa., desejando-lhe força e coragem para levantar a voz nos quatro cantos de Minas Gerais, buscando o crescimento justo de todo o nosso Estado. Obrigado.

O Deputado Paulo Guedes - Obrigado, Deputado Eros Biondini, faremos o possível para estar presente a essa convenção. Antes de encerrar o nosso pronunciamento, deixo mais uma vez este pedido, ou melhor, mais do que um pedido, este apelo das regiões mais pobres. Nós, que representamos essas regiões, Presidente Doutor Viana, que também é votado em uma região que será muito beneficiada com esse projeto, temos de unir as nossas forças. Não podemos deixar que alguém que este é um ano eleitoral e isso vai prejudicar meia dúzia de Deputados, que vão ficar em dificuldades. Somos eleitos para discutir, e esta Casa não pode ter medo de discutir as coisas. Se formos esperar passar o ano eleitoral, perdemos a metade da legislatura, pois há eleições de dois em dois anos, e somos eleitos para trabalhar durante quatro anos. Portanto não há desculpa, não há motivo para não se incluir esse projeto em pauta, para que seja votado, discutido e aprovado. Dessa forma, que seja feita justiça com as regiões mais pobres de Minas Gerais. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, Presidente em exercício, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, público que nos assiste das galerias e pela TV Assembléia, boa-tarde. Parabeno o Deputado Paulo Guedes por sua corajosa proclamação e cobrança da necessidade de se discutir exaustivamente o projeto do ICMS Solidário e até colocá-lo em votação. Como o próprio nome diz, trata-se da distribuição solidária mais harmônica, equânime e justa possível de ser feita, distribuindo mais. Quero até dizer aos nobres colegas Paulo Guedes e Getúlio Neiva, dois grandes defensores do projeto, que ele tem a maioria absoluta dos Deputados desta Casa. Então vamos trabalhar nessa lógica, para que se cumpra justiça.

Também cumprindo justiça, quero alertar que, conhecedor da realidade difícil do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri, o Governador Aécio Neves criou uma secretaria especializada, extraordinária, específica, para dedicar todo o seu trabalho à promoção social, ao desenvolvimento econômico sustentável dessa região, desse canto de Minas Gerais. Justiça seja feita, o Governador tem esse carinho todo especial, assim como todos nós aqui temos o respeito e a vontade de ver o desenvolvimento pleno e real no Norte, no Jequitinhonha e no Mucuri.

Separando as coisas, quero também dizer da necessidade de se fazer essa melhor distribuição. Isso é patente, e aprovamos. Tanto que venho falar de um assunto em que essa distribuição tem de ser mais equânime e justa, que é em relação à CFEM e aos "royalties". O Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembléia, ontem, fez o lançamento preparatório do seminário legislativo "Minas de Minas". O lançamento oficial foi feito ontem à tarde, na Casa, e hoje ele já se está iniciando por todo o Estado, indo a várias regiões, em cidades-pólos mineradoras e minerais, para trazer subsídios ao seminário, que será realizado de 9 a 12 de junho, nesta Casa, com a participação da Assembléia, das cidades, dos representantes das empresas do setor produtivo, das ONGs, dos ambientalistas. Vamos todos discutir aqui, durante três dias, as necessidades, os problemas, tudo que deveremos fazer para termos, em Minas Gerais, uma política minerária, uma política para o setor extrativo mineral. Política essa que poderá servir para o próprio País, quem sabe até indicando, a partir daqui, a criação de uma agência reguladora do setor mineral, do setor de produção de petróleo e gás no País, que não existe. Portanto, é preciso nos debruçarmos sobre esse assunto com mais intensidade.

Gostaria de parabenizar o Presidente da Assembléia, todos nós que estamos empenhados e os Consultores desta Casa, que, com outros assessores, trabalharam tanto para organizar esse seminário. Além disso, solicitar à iniciativa privada, aos representantes do setor produtivo e a todos que venham aqui e participem ativamente, dando suas sugestões, pois são os grandes responsáveis pelo desenvolvimento e pela criação de emprego e de geração de renda. É preciso que, cada vez mais, tomem consciência da responsabilidade social e de sustentabilidade ambiental - aliás, eles já as têm. Tudo isso a partir do lançamento preparatório do seminário, ontem, nesta Casa. Com as visitas que faremos às cidades e às regiões de Minas Gerais durante esses quase dois meses, temos certeza de que traremos subsídios e enriqueceremos esse seminário durante três dias - de 9 a 12 de junho -, na Assembléia, sobre as questões minerárias de Minas Gerais, responsável por 44% da produção mineral no País. Portanto, praticamente 50% dessa produção é do nosso Estado. Por ter essa característica tão forte, está estampado "Minas" no nome do nosso Estado.

Quero também parabenizar a Comissão de Finanças do Senado Federal. Estive assistindo à formação de uma subcomissão nessa Comissão, presidida pelo Senador Aloizio Mercadante, que não é do meu partido. Todavia, não deixa de merecer o meu aplauso e reconhecimento pela importância do que estão fazendo, que é criar uma subcomissão econômica dentro da Comissão de Economia do Senado para estudar e diagnosticar uma situação ainda melhor de distribuição dos "royalties" de petróleo no Fundo de Participação em âmbito nacional. Não é possível também que "royalties" de petróleo, que têm um volume grande de recursos financeiros, fique nas mãos de 16 cidades que produzem petróleo no País. Aliás, elas são produtoras de 90% do petróleo no País e pegam um volume imenso de recursos. Por exemplo, podemos citar a cidade de Campos, que, por mês, tem aproximadamente R\$80.000.000,00 do seu orçamento e ainda R\$600.000.000,00 a mais, por mês, oriundos dos "royalties" de petróleo. Esse é um recurso extraordinário. Enquanto o Prefeito não sabe como gastá-lo, outros Municípios e Estados têm

carências extraordinárias. Uma melhor distribuição faria com que esses recursos se transformassem em melhoramentos das condições de vida do povo brasileiro nos quatro cantos deste país.

Está de parabéns a Comissão de Finanças e Economia do Senado, que está criando essa subcomissão para elaborar um estudo profundo, sem cor partidária e de reavaliação da distribuição dos "royalties" de petróleo e gás no País.

Na Bacia de Santos, no meio do mar, acabaram de descobrir mais um poço de petróleo e de gás, que é extraordinário, com capacidade produtiva ainda não calculada. Portanto, a qualquer momento, a cidade de Santos poderá receber R\$1.000.000.000,00, ou mais, de "royalties", daqui a cinco anos, quando o poço estiver em total produção. Claro que não é por aí.

Apesar de ter sido descoberto em pleno mar, esse poço não causa tanta depreciação ambiental como as minerações que degradam as cidades e precisam ter também mais recursos. Então, é preciso que haja uma melhor distribuição desses "royalties" no FPM para atingir os mais de 5.500 Municípios do País. Deixo, então, essa observação.

Já para os Municípios produtores de minérios, é preciso que haja uma melhor distribuição da Contribuição Financeira sobre Exploração Mineral - CFEM - para esses Municípios. Hoje, 2% do lucro líquido dessas empresas mineradoras vão para os Municípios. Há um projeto de lei do Deputado José Fernando Aparecido para que essa contribuição seja de pelo menos 5% do valor bruto do minério retirado para que os Municípios produtores de minério busquem o desenvolvimento, preparando-se para o futuro, pois sabemos que toda produção mineral é limitada, possui um período de exaustão. Em um determinado tempo, essa produção de minério se exaure, e o Município poderá não ter uma estrutura bem consolidada, vindo a sofrer problemas mais sérios de carências para a sua população.

Somos também a favor desse estudo, desse projeto de lei, que ele seja analisado. Os lucros das empresas são fabulosos, e é preciso que haja essa distribuição, que fique um pouco nos Municípios que se sentem degradados na sua estrutura ambiental, diferentemente do mar, que é uma fonte infindável de valor, de riquezas. Uma plataforma de perfuração de petróleo instalada no meio do mar não degrada tanto quanto uma empresa mineradora que extrai minérios em uma serra ou no meio de um cerrado.

O último assunto que trago aqui refere-se às BRs da nossa região. A BR-040 ainda está merecendo cuidados no trecho entre o trevo de Curvelo e Felixlândia. Há buracos deixados ali. Há pouco tempo uma empresa fez a restauração naquele trecho, e, infelizmente, ficou muito malfeita, de má qualidade, em dois anos e meio apareceram buracos em grande quantidade, causando muitos acidentes, estragando veículos. Vemos com muito dó as pessoas tendo os seus veículos danificados, com pneus estourados e rodas quebradas pelos buracos das BRs de Minas e de todo o País. Chamamos a atenção para esse trecho que está muito ruim, principalmente a atenção da regional do DNIT em João Pinheiro, responsável por esse setor.

Em relação à BR-135, queria dizer que nós e um grupo de Deputados do Norte de Minas estivemos algumas vezes visitando o Vice-Presidente da República, o grande mineiro José Alencar, e Alfredo Nascimento, Ministro dos Transportes. Fomos acompanhados por Deputados Federais. Buscamos solucionar a questão da BR-135, que sai da BR-040, no trevo de Curvelo até Montes Claros, e de lá ainda continua até à divisa da Bahia.

Nós, em um primeiro tempo, estamos buscando a restauração, e não a operação tapa-buracos, que é necessária quando dispomos de pouco tempo para solucionar, mas não resolve o problema. Se esse dinheiro continuar sendo gasto várias vezes dessa forma, será um prejuízo para o País, o Estado e os Municípios. Portanto, queremos a restauração, a confecção de uma terceira pista e a previsão dos acostamentos para as pessoas terem mais segurança em seu deslocamento por nossas BRs, principalmente a BR-135. Temos um compromisso desses dois grandes homens públicos, respaldados por nossos Deputados Federais e nossos companheiros do Norte de Minas na Assembléia, quanto à liberação, pelo governo federal, de recursos para essa restauração. Estamos sempre cobrando a solução do problema de forma definitiva.

Sr. Presidente, por fim quero citar o Pró-Acesso, de que falarei mais em outra oportunidade. O governo do Estado está levando o asfaltamento a um trecho de minha região, na área central de Minas, o que beneficiará a todos nós: a BR-135, de Corinto a Santo Hipólito e Monjolos, cerca de 43km. Essa obra trará grandes benefícios à população, à nossa comunidade da região central.

Eram essas as nossas observações na tarde de hoje, Sr. Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, e Srs. Deputados.

O Deputado Roberto Carvalho - Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, figura das mais ilustres e inteligentes desta Casa; Sr. Presidente, Deputado Doutor Viana, com essa sagacidade que vem dos sertões de Curvelo; caros colegas, esta Casa aprovou ontem, em 2º turno, um dos projetos mais importantes que discutimos nesta legislatura a respeito da questão ambiental. Esse é um projeto da Casa, fruto da discussão de vários seminários, do enriquecimento de entidades ambientais de todo o País e da parceria com todos os órgãos ambientais do governo do Estado - Secretaria do Meio Ambiente, IEF, Igam -, com a participação decisiva da brilhante assessoria desta Casa. Aliás, temos que repetir isso sempre, pois é uma verdade cristalina: temos, na Assembléia de Minas, uma das melhores assessorias técnicas do País. Não é à toa que nossa Casa tem servido de exemplo para todas as outras Assembléias Legislativas e até para o Congresso Nacional. Já participei de eventos nacionais em que membros do Congresso, tanto da Câmara quanto do Senado, não pouparam elogios à nossa Assembléia por tudo que tem feito e apresentado como inovação. Na pessoa do Sr. Júlio, assessor da Casa na questão do meio ambiente, quero destacar toda a assessoria técnica, que foi fundamental para que pudéssemos constituir o Bolsa Verde. Gostaria de agradecer também a participação da Faemg em um seminário desta Casa, reconhecendo que é um projeto inovador na medida em que, pela primeira vez, os produtores rurais passam a ser sujeitos da história de preservação ambiental, acabando com o falso dilema de que a atividade produtiva no campo tem que necessariamente contrapor-se à defesa ambiental. Estamos aqui recebendo a visita do nosso Embaixador Tilden Santiago, Deputado Federal, meu caro amigo, defensor da causa ambiental e ativista permanente em defesa da vida e do meio ambiente. Lembro-me de quando o Deputado Tilden assumia a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, defendendo o desenvolvimento sustentável. Na realidade, a humanidade já achou que o ser humano era para subjugar a Terra, e hoje entendemos que fazemos parte desse complexo que é a Terra, que somos parte disso e estamos aqui para construir e defender a vida, e não para destruir o nosso planeta e a nossa vida. Até então os ambientalistas consideraram que tivemos a fase da fiscalização e do controle ambiental. Fiscalizar e controlar é muito importante. Mas tão importante quanto fiscalizar e controlar é começarmos, a partir do campo, a incentivar o produtor rural para que ele seja não apenas o produtor rural, mas um produtor ambiental. Na medida em que as nossas matas, a nossa natureza, as nossas águas são um bem de toda a coletividade, o produtor rural que preserva as nascentes, que preserva as matas ciliares, que preserva as nossas matas tem de ser remunerado por um serviço que presta ao conjunto da sociedade. Esse é um conceito que o projeto traz. E, se o produtor trabalha em defesa da coletividade, a água, a mata e todo o ecossistema por cuja preservação ele trabalha vão servir não apenas a ele, mas a toda a humanidade e a toda a coletividade. É importante que ele seja remunerado por isso. Esse é o conceito de criação do Bolsa Verde. Queremos a água. O ser humano tem, na sua constituição física, 70% de água. Sem água, ninguém vive. Não se tem notícia, em todas as pesquisas que o ser humano fez, em todos os planetas, de que haja vida, como a que temos aqui, sem água. Em nenhum outro planeta em que não se encontrou água encontrou-se vida na forma como esta se apresenta para nós aqui, na Terra. A água é uma fonte de vida. Sem água, a humanidade não sobreviverá. Hoje, no planeta, 97,5% da água é salgada. A água doce representa 2,5% da água que temos. Mas, desses 2,5%, uma pequena quantidade de água é disponível para que o ser humano possa sobreviver. Temos no mundo, hoje, Deputado Tilden, quase 2 milhões de seres humanos que têm falta e dificuldade de água para sua sobrevivência. O Bolsa Verde não se restringe à questão das nascentes, embora as nascentes sejam símbolos vivos dessa preservação ambiental. O Bolsa Verde não entende apenas que devemos preservar as nascentes, mas todo o seu entorno, todo o complexo de manutenção dos aquíferos e das nascentes que temos. O Bolsa Verde foi aprovado ontem, por unanimidade, em 1º turno. Irá a 2º turno, possivelmente, na semana que vem. Esta Casa está dando grande contribuição.

Gostaria, finalmente, Sr. Presidente, de agradecer a participação decisiva tanto do Governador quanto do Vice-Governador Antonio Anastasia, que esteve aqui no seminário do Bolsa Verde. Já existem verbas no Orçamento deste ano para serem aplicadas no Bolsa Verde. Não será dada apenas a bolsa, mas também a assistência técnica aos produtores, bem como as mudas e as cercas. Gostaria de agradecer a Universidade Federal de Viçosa - UFV -, que participou ativamente, que tem um exemplo. A unidade da UFV já está aplicando um projeto semelhante e veio aqui participar do Bolsa Verde. Enfim, tenho certeza de que será um projeto de toda Minas Gerais, uma realidade para os produtores rurais, com empenho da sociedade civil, do governo do Estado e de todos os órgãos. A defesa ambiental é uma defesa da sociedade, não apenas de governos. É assim que vamos defender o nosso meio ambiente e a vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Obrigado, Presidente Deputado Doutor Viana.

Caríssimos Deputados e Deputadas, telespectadores que nos assistem pela TV Assembléia, amigos nas galerias, Sr. Presidente, usei da faculdade do art.70 do Regimento Interno para ocupar, mais uma vez, a tribuna desta Casa. Faço-o hoje, e como sempre que a ocupamos, com muita alegria, trazendo as matérias e as notícias que entendo importantes e necessárias ao Parlamento mineiro.

Antes de mais nada, faço uma reflexão a respeito do Governador Aécio Neves, tão respeitado em toda a Federação e em todo o mundo, em razão do choque de gestão, da governabilidade austera, correta e pela visão futurista quanto aos destinos de Minas Gerais. No Brasil ou fora dele, a figura do Estado de Minas Gerais já tomou uma dimensão extraordinária, em virtude da dedicação, da determinação, do compromisso com o povo e da governabilidade do Governador Aécio Neves. Essa é marca maior do seu governo. O Governador Aécio Neves, no primeiro mandato, implementou o choque de gestão; agora, no segundo, cumpre-o efetivamente como se fosse o primeiro, dentro das prerrogativas maiores que assistem a esse grande líder e estadista.

Gostaria de comentar aqui a matéria da revista "Veja", datada de hoje, a respeito de Minas Gerais, de nós, mineiros, do governo de Minas, do nosso Governador Aécio Neves, respeitado em todas as partes, em todos os debates a que tem comparecido, dando uma demonstração inequívoca do compromisso de sua administração e da governabilidade de Minas. Aliás, isso é cediço. O nosso Governador, por todos os cantos em que tem andado, tem sido aplaudido e cumprimentado. Ao participar de tantos debates, por meio da TV, da imprensa, ele pôde demonstrar o equilíbrio das contas do nosso Estado. Recentemente esteve em Brasília, recebido pela Bancada do PMDB, buscando elevar as tradições maiores de Minas Gerais. A exemplo de Tancredo Neves, pôde fazer com que os olhos se voltassem para o Estado de Minas Gerais.

Tive oportunidade, Sr. Presidente, de ocupar esta tribuna quando homenageamos o então Deputado Federal Aécio Neves. Por delegação, à época do então Presidente, Deputado Antônio Júlio, ocupei esta tribuna para saudar o nosso futuro Governador e o nosso futuro Presidente da República, Aécio Neves. Isso ocorreu no ano de 2000, quando Aécio assumiu a Presidência da Câmara Federal e pôde apresentar um projeto novo, com formato diferente, estabelecendo, como estabeleceu, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, e assim demonstrando, acima de tudo, a seriedade nos destinos da Câmara Federal e do Parlamento.

A figura ímpar desse grande Governador hoje nos enche de orgulho, principalmente dado o respeito pelas tradições mineiras dos 853 Municípios, onde já há sua marca gravada, em razão de tantas e tantas realizações, na saúde, no transporte, no asfalto, no saneamento básico, nas casas populares, na telefonia celular, na segurança pública, na reforma de todas as escolas. Nossos Municípios têm sido testemunho maior de tudo que tem feito esse grande administrador Aécio Neves em prol de nosso Estado.

Todavia gostaria de falar sobre a publicação da "Veja", de hoje - "Política de Resultados" -, quando manifesta: (- Lê:) "Na semana passada, no lance mais recente, o Governador foi recebido com rapapés de estrela pela cúpula do Banco Mundial, em Washington. Para uma platéia de técnicos e representantes de outros países, apresentou Minas Gerais como modelo de gestão. Pode ser exagero, mas o Governador ganhou aplausos mais do que protocolares. São bons motivos para seu bem-estar, pois podem aumentar seu cacife no jogo político com vistas a 2010.

Na reforma administrativa, que começou no primeiro mandato e lhe valeu o convite para falar no Banco Mundial, Aécio saiu de um déficit de 2,4 bilhões de reais, em 2003, para um saldo de 3,6 bilhões para investimentos neste ano. Contando com as estatais, o total de investimentos pula para 9 bilhões. De lá para cá, Minas eliminou 3 mil cargos de confiança, aboliu penduricalhos que promovem o crescimento vegetativo da folha salarial, como anuênios e quinquênios, e implantou um sistema de avaliação de 150 mil servidores, parecido com o da iniciativa privada.

A Secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, contabiliza: 'Neste ano, serão distribuídos 130 milhões de reais aos funcionários que cumprirem suas metas'. Para um Estado que, há menos de 10 anos, amargava uma moratória, é um saldo e tanto. 'Minas fez o que era apropriado para sua realidade, mas tem lições a ensinar a outros Estados e a outros países', diz Débora Wetzel, especialista em setor público, que trabalha há duas décadas no Banco Mundial e tem passagem pela Europa e pela Rússia. No primeiro mandato, Aécio chamou a reforma de choque de gestão. Agora, batizou sua continuidade de "estado para resultados". No novo sistema, em vez de se empilharem dados sobre quantas mães foram atendidas em exames pré-natais, exige-se determinada redução na taxa de mortalidade infantil. Por seu comportamento, Minas vai receber no mês que vem o empréstimo de US\$976.000.000,00 do Banco Mundial - o maior já feito para governos estaduais ou federal no Brasil - e não precisará desembolsar um tostão em contrapartida. Terá de cumprir metas. 'Melhorar a máquina pública está virando receita para o sucesso político', diz o sul-africano John Briscoe, Diretor para o Brasil do Banco Mundial. Eis o ponto: sucesso político. Aécio lembra que, de 2003 para cá, arrouchou as contas públicas, mas sua popularidade entre os mineiros nunca ficou abaixo de 70%, um índice notável. Talvez por saber que azeitar a máquina e apertar o cinto pode render voto, em sua passagem por Washington Aécio fez questão de jogar confete nos esforços fiscais de sua colega gaúcha, a tucana Yeda Crusius, que comanda um Estado com as finanças em frangalhos. Se tudo der certo, Yeda Crusius deverá receber, já em junho, a primeira parcela de um empréstimo total de US\$1.000.000.000,00 do Banco Mundial. Será o maior da história do Banco para o Brasil, superando o de Minas, e também não terá contrapartida financeira. Dando certo, a coisa pode virar a receita tucana para tirar Estados do abismo financeiro".

Assim, poderá consagrar-se cada vez mais, como, aliás, já é consagrado esse grande homem público, o estadista Aécio Neves. Faço essas considerações, caríssimo Presidente, considerando-se especialmente o orgulho de todos nós, mineiros, bem como porque o nosso Governador é uma pessoa ímpar e trabalha em parceria com o Vice-Governador Antônio Junho Anastasia, que, desde o primeiro momento de seu mandato, há quatro anos, desenhou, esboçou e construiu o grande projeto de choque de gestão. Aliás, essa receita tem sido a maior marca de Minas Gerais. Nós, mineiros, sentimos orgulho no coração; pode-se notar nos olhos de cada pessoa deste Estado o orgulho de ver que Minas Gerais vai muito bem em virtude dos investimentos feitos, da governabilidade, do espírito ético e da transparência na administração pública.

Nosso Governador tem sido convidado, em Minas, no Brasil e no exterior, a dar a receita extraordinária de como fazer política, o que, sem dúvida, se deve à sua determinação e coragem; deve-se, ainda, ao Vice-Governador e à sua valorosa equipe, que têm contribuído com o Governador a fim de que nosso Estado seja um exemplo de desenvolvimento. É muito importante que fique registrada na história de Minas Gerais a notícia veiculada pela revista "Veja" e que será conhecida não só neste Estado, mas também no Brasil e no exterior sobre sua austeridade, determinação e compromisso maior com Minas e com o Brasil. A Assembléia Legislativa tem sido sua parceira, como muito bem manifesta em todos os seus pronunciamentos aqui na Assembléia, como no Palácio ou qualquer outro pronunciamento do nosso Governador de fazer com que essa empreitada do sucesso, essa receita extraordinária que Minas tem adotado para o Brasil e para o exterior seja também compartilhada com a nossa Casa, através de sua parceria, do diálogo constante que temos com nosso Líder do Governo, Deputado Mauri Torres, do nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, e de todas as bancadas. Como acabamos de ouvir neste momento, a manifestação de homenagem ao Governador pelo ilustre Deputado Roberto Carvalho, revelando a sua participação no Projeto Bolsa Verde, que também teve a grande participação do nosso Vice-Governador.

Sr. Presidente, faço estas considerações com muito orgulho, porque orgulho o mineiro tem por ter um Governador da sua estirpe, um Governador que realiza de forma estruturadora o seu trabalho, com dedicação. E, com certeza, muito em breve Minas terá no seu comando, no comando do Brasil esse grande líder dos mineiros que é Aécio Neves. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 24/4/08, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Alencar da Silveira Jr

exonerando Henrique Maciel Teixeira do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

exonerando Marlene Elias dos Santos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Rodrigo Wagner Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando Ronam Wesley Sales do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Henrique Maciel Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Marlene Elias dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Rodrigo Wagner Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;

nomeando Ronam Wesley Sales para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Genaro

exonerando Walison Alves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Rafael Andrade Genaro Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete da Deputada Maria Lúcia Mendonça

exonerando Rogério de Oliveira Ladeira do cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas;

nomeando Eduardo Silva Melo para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Thiago Esteves Pereira para o cargo de Auxiliar de Gabinete I, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BSD.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2008

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2008

Objeto: aquisição de peças e ferramentas para manutenção da rede corporativa dos equipamentos de informática.

Pregoautes vencedores: Conect Corp Comercial Ltda. (Lote 3); PNA Brasil Comércio de Suprimentos, Peças e Equipamentos Ltda. (Lotes 4 e 5); Minas Ferramentas Ltda. (Lote 6); Comercial Comag Ltda. (Lote 7) e Reynet Cabeamento Estruturado Ltda. (Lote 8).

Belo Horizonte, 29 de abril de 2008.

Eduardo de Mattos Fiuza, pregoeiro.